

Mais de 200 empregados da Caixa participaram de debate sobre a Funcef

Evento, promovido pelo Sindicato, teve apoio da SR ABC, Apcef, Fenaef, Fetec-SP e Funcef

A FUNCEF (Fundação dos Economiários Federais), que é o terceiro maior fundo de pensão do Brasil e um dos maiores da América Latina, foi tema de debate no dia 28 de agosto entre empregados da ativa e aposentados da Caixa.

O evento, que contou com a presença de Carlos Caser, presidente da Funcef; José Carlos Alonso, diretor da Funcef eleito pelos empregados; Fabiana Matheus, Fenaef e Sergio Takemoto, Apcef, focou em temas como os dilemas atuais no gerenciamento dos fundos e as perspectivas para o futuro.

“Esse debate é muito importante, pois contribui para que as dúvidas sejam esclarecidas e para que os empregados possam se atualizar sobre as questões do fundo de pensão e os próximos passos da Fundação”, disse o presidente do Sindicato dos Bancários do ABC, Eric Nilson.

Maria Rita Serrano, diretora do Sindicato e da Agência de Desenvolvimento Econômico do ABC, que coordenou o debate, ressaltou a importância do fundo de pensão para o futuro dos empregados e para a garantia da qualidade de vida para os que já estão aposentados.

Para Sergio Takemoto, “é importante que todos estejam atentos às questões ligadas ao fundo de pensão. Só tivemos conhecimentos



Da esquerda para direita: Everaldo Coelho, José Carlos Alonso, Maria Rita Serrano, Carlos Caser, Eric Nilson, Fabiana Matheus e Sergio Takemoto

dos problemas da Fundação quando colocamos representantes nossos para acompanhar de perto os interesses dos funcionários da Caixa”.

Segundo Fabiana Matheus, este debate veio para atender a demanda dos empregados

em aprofundar os temas que envolvem o fundo. “A Funcef precisa permear nosso cotidiano.”

José Carlos Alonso resgatou em sua fala a história da organização dos empregados da Caixa, destacando o ano de 1985 onde os empregados se organizaram reivindicando o direito de serem bancários, fato que se consolidou um ano depois e, também, a vitória dos associados da Funcef em conquistar a paridade na gestão em 2007.

Carlos Caser afirmou que temos que administrar com excelência estes planos de previdência, pois atualmente contamos com 131 mil participantes, entre ativos, aposentados e pensionistas.

Durante o encontro, Carlos Caser explicou sobre os desafios e perspectivas da fundação, que completa neste ano 36 anos e parabenizou o Sindicato dos Bancários do ABC pela iniciativa e agradeceu o convite.

Foram mais de 2 horas de discussão e ao final do evento, os participantes puderam fazer perguntas aos convidados.



Público presente no evento

Breve histórico dos 36 anos da criação da Funcef

A Funcef completou 36 anos de existência em 1º de agosto de 2013.. Sua criação teve por base a lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977, pela qual foram instituídas as regras para o funcionamento das entidades fechadas de previdência complementar no Brasil.

A Fundação conta hoje com 131.316 associados (dados de julho/2013), sendo 95.044 participantes da ativa e 29.320 aposentados e 6.952 pensionistas.

O patrimônio atual dos participantes e assistidos é superior a R\$ 50 bilhões (ativo total). A evolução patrimonial registrou salto expressivo nos últimos 10 anos.

ESTRUTURAÇÃO DOS PRIMEIROS PLANOS DE BENEFÍCIOS

O primeiro plano de benefícios da Funcef, REG, contou com ingresso de participantes até 18 de junho de 1979, com garantia de suplementação pela diferença entre o Salário Real de Benefício (SRB) e o valor do benefício do INSS (benefício definido).

O REG foi sucedido pelo Replan, também um plano de benefício definido, com suplementação pela média dos 12 últimos salários, menos o benefício do INSS.

ATAQUES ÀS ESTATAIS, AOS TRABALHADORES E AOS FUNDOS DE PENSÃO

No decorrer dos anos 1990, auge dos governos neoliberais, as empresas públicas foram submetidas a processos de desmonte, com fortes ataques aos direitos dos trabalhadores e às suas representações.

Os fundos de pensão foram forçados a promover mudanças em seus planos de benefícios e as instâncias de gestão tornaram-se completamente impermeáveis à participação dos trabalhadores. As representações dos associados foram isoladas



Apresentação com Carlos Caser

ou eliminadas.

Na patrocinadora, prevalecia a lógica da redução de custos, por meio de:

- PADVs;
- Alteração dos planos de cargos e salários;
- Política do “reajuste zero”;
- Concessão de abonos definidos em Acordo Coletivo de Trabalho;
- Adequação de remuneração ao mercado;
- Remuneração variável;
- RH 008 (Demissão Imotivada);
- Suspensão do pagamento do Auxílio Alimentação aos aposentados.

CRIAÇÃO DO REB

O REB foi criado em agosto de 1998, numa iniciativa que passou ao largo do enfrentamento às ameaças ao equilíbrio e à sustentabilidade dos planos vigentes à época na Funcef.

A Caixa via a implementação do REB como oportunidade para a concretização de vários propósitos alinhados com a política de governo, entre os quais zerar a dívida da empresa com o fundo de pensão, de preferência com calote puro e simples.

As representações dos associados identificavam como objetivos táticos e estratégicos do governo: eliminar direitos e conquistas dos empregados; e promover o desmonte da Caixa, com desvirtuamento do seu papel de banco público, rumo à privatização.

Ausência de democracia na Funcef, exposição da Fundação a altos



Diretores do Sindicato abrem o



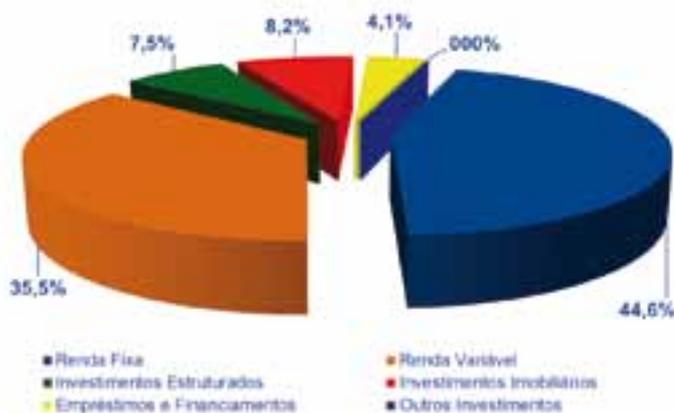
Empregados da Caixa

Rentabilidade por plano de benefícios

PLANO DE BENEFÍCIOS	Janeiro a Julho/2013
REG/REPLAN NÃO SALDADO	1,39%
REG/REPLAN SALDADO	1,94%
REB	0,42%
NOVO PLANO	-1,03%
CONSOLIDADO FUNCEF	1,60%
Meta Atuarial no período (INPC+5,5%a.a.)	6,44%



**Alocação de Investimentos
Julho/2013**



Dados Funcef - Apresentação Carlos Caser

riscos e a desmando e achatamento das aposentadorias e pensões eram decorrências de tal política.

As entidades associativas e sindicais contestaram e impuseram resistência à implantação do REB desde o primeiro momento.

DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO.

A composição paritária dos órgãos de gestão da Funcef figurou por vários anos entre as principais reivindicações dos empregados e aposentados da Caixa.

Em maio de 2001, foi aprovada no Congresso Nacional a Lei Complementar 108, que instituiu a paridade nos conselhos das entidades de Previdência Complementar. Em maio de 2002, os associados da Funcef elegeram, pela primeira vez, três dos seis membros do Conselho Deliberativo e dois dos quatro integrantes do Conselho Fiscal, cada um com seu respectivo suplente.

A eleição dos conselheiros contribuiu para nova e marcante vitória: a composição paritária da Diretoria Executiva, ato não contemplado pela Lei Complementar.

Em negociação no âmbito do Conselho Deliberativo, os representantes eleitos garantiram a mudança na composição da Diretoria Executiva, passando de cinco para seis membros, e ficando estabelecida a paridade. A mudança estatutária veio em agosto de 2007.

Os empecilhos que ainda existem para a efetiva democratização das instâncias de gestão da Funcef precisam ser

também urgentemente removidos, a começar pela eliminação do voto de Minerva nos conselhos e na diretoria.

IMPLANTAÇÃO DO NOVO PLANO

O Novo Plano foi implantado tendo por base a garantia de que não se incorresse em mudanças que pudessem representar prejuízos em relação a tudo que se tinha nos planos anteriores.

Foram revertidos mais de R\$ 11 bilhões para o equilíbrio e sustentabilidade dos planos de benefícios, com ganhos de grande monta para os participantes e assistidos. Só para a extinção do limite de 55 anos para aposentadoria com benefício integral, assegurada com o saldamento e a instituição do Novo Plano, foram alocados recursos da ordem de R\$ 3 bilhões.

Principais mudanças:

- Elevação do limite de contribuição da Caixa;
- Reajuste anual para os benefícios;
- Queda na taxa de juros da meta atuarial;
- Alteração de tábuas de mortalidade;
- Redução da taxa administrativa.

Para o movimento sindical e associativo ainda existem vários desafios a serem vencidos para a melhoria da Funcef, entre eles:

- Resistir aos ataques ao Fundo para Revisão de Benefícios;
- Assegurar a incorporação do REB pelo Novo Plano;
- Promover mudanças no Contrato de Integração de Reservas para Cobertura de Compromissos, fruto do acordo Caixa-Funcef de 2008, para fazer frente ao achatamento das pensões e ao congelamento dos valores pagos pelo INSS;
- Enfretamento aos problemas relativos ao passivo judicial;
- Assegurar, em todos os planos de benefícios, que o CTVA seja considerado verba salarial para efeito de aporte à Funcef;
- Remover os limites à democracia nos órgãos de gestão (fim do voto de Minerva).
- Promover a fusão Saldado/Novo Plano.



to, Gilberto e Furlan, o evento



participam do Debate

Resultados

Rentabilidade por plano de benefícios

Plano de Benefícios	2011		2012	
	Resultado	Equilíbrio Técnico (bilhões)	Resultado	Equilíbrio Técnico (bilhões)
REG/Replan	Saldado	11,33%	9,38%	-1.369,3
	Não Saldado	11,01%	30,4	-59,5
REB		10,42%	76,3	11,29%
NOVO PLANO		6,07%	-	12,91%
Meta Atuarial		11,91%		12,04%

Dados Funcef - Apresentação Carlos Caser



Negociações com a Caixa não avançam

Próxima rodada de negociação com a Fenaban será no dia 5

O resultado da rodada, ocorrida na quinta-feira (29), em Brasília, foi frustrante, sobretudo por não registrar nenhum avanço. Nova reunião está agendada para terça-feira (3), dessa vez para tratar de Funcef, jornada e Sipun.

O banco não apresentou qualquer contraproposta para solucionar demandas em relação à contratação de pessoal, carreira e isonomia de direitos entre novos e antigos empregados.

“Desde a primeira rodada de negociações, em 9 de agosto, temos apresentado propostas detalhadas para cada reivindicação da pauta específica e tínhamos a expectativa de que os negociadores da Caixa trouxessem soluções para itens como isonomia, contratação de mais empregados, Saúde Caixa, condições de trabalho, carreira, jornada/Sipun, segurança bancária e questões relativas à Funcef, entre as quais a incorporação do REB pelo Novo Plano e a extensão do auxílio e da cesta-alimentação a todos os aposentados e pensionistas”, afirma Jair Pedro Ferreira, vice-presidente da Fenae e coordenador da Comissão Executiva dos Empregados (CEE/Caixa).

Ele lembra que isto não só não aconteceu, como a Caixa limitou-se a afirmar, após o fim da terceira rodada de negociações específicas, que irá esperar os resultados da negociação com a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban), em 5 de setembro, para só depois apresentar uma proposta global aos trabalhadores da empresa. Diante disso, Jair Ferreira observa que o resultado da negociação desta quinta-feira foi frustrante, sobretudo por não registrar nenhum avanço.

CONTRATAÇÃO DE PESSOAL - Os primeiros pontos discutidos foram relacionados à contratação de pessoal. Nesse quesito, os dirigentes sindicais voltaram a cobrar maior rapidez no processo de convocação de concursados para melhorar as condições de trabalho, principalmente na rede de agências. Foi lembrado, por outro lado, que a empresa continua insistindo com a política de abrir unidades sem estrutura adequada e com número insuficiente de trabalhadores, situação essa que vem sobrecarregando o pessoal lotado nas unidades.

A empresa, no entanto, negou o atendimento dessas reivindicações. Alegou, para isso, necessidade de respeitar os limites impostos pelo controlador. Até o fim de 2013, a autorização é para que o quantitativo de empregados chegue a 103 mil, podendo alcançar o patamar de 105 mil até dezembro de 2014. Para 2015, a meta é de 112 mil trabalhadores, no máximo. Hoje, chega a 99.024 o número total de empregados.

No tocante à reposição de empregados em unidades com carência de mão de obra, a Caixa argumentou que esse trabalho já está sendo feito, principalmente nas agências em estado de maturação, cujo tempo é de dois anos por unidade. Nesse caso, segundo a empresa, o redimensionamento ocorre seis meses depois de abertura da agência. A Caixa informou ainda que, hoje, é de 9,1 a média de empregado nas unidades que estão sendo abertas.

CARREIRA/PSI - Os representantes dos trabalhadores cobram ajustes no formato do Processo Seletivo Interno (PSI). Há o

reconhecimento sobre a importância desse instrumento para o encarecimento, mas a reivindicação é de que haja transparência nos critérios e universalização das participações.

Uma das reivindicações mais urgentes é a criação de Comitê de Acompanhamento dos PSIs e do Banco de Oportunidades (Bancop), com participação dos empregados e um membro da Gipes. Dois outros itens reivindicados foram a criação de função gratificada de assistente no Atendimento Social, para quem trabalha no setor social da empresa, e criação de banco de reserva de avaliadores de penhor, na medida de 50% das funções existentes.

Foi cobrada ainda a valorização da função de avaliadores de penhor, com revisão do piso do mercado.

Os dirigentes sindicais criticaram o fato de a Caixa não deixar claro para os trabalhadores os critérios utilizados para descomissionar. Ocorre que essa medida vem sendo adotada de forma unilateral, deixando a cargo do gestor a retirada da função.

A empresa informou que continua desenvolvendo uma proposta de reestruturação da carreira de TI, mas não estabeleceu um prazo para a conclusão desse trabalho.

AValiação - A representação nacional dos empregados avalia que a ausência de proposta decente, para o desfecho das negociações específicas da campanha salarial 2013, deve ser respondida com mobilização. Isto é visto como fundamental para que sejam atendidas as expectativas dos trabalhadores, tanto em relação às suas reivindicações específicas como quanto aos itens gerais tratados na mesa da Fenaban.

Acompanhe as negociações através do site do Sindicato:
www.bancariosabc.org.br

Histórias que só quem viveu, sabe!!



Atual presidente da Funcef, Carlos Caser, em visita ao ABC em 1999, quando era candidato a diretor representante dos empregados da Caixa - Direp. Ele foi o mais votado na eleição e a Caixa utilizou-se de lista tríplice e escolheu o concorrente que teve menos votos para o cargo.